

TEORIA DA AÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS: de Max Weber a Bruno Latour e a desestabilização do objeto.

Felipe Bueno Amaral y Vitor Henrique Siqueira Jasper.

Cita:

Felipe Bueno Amaral y Vitor Henrique Siqueira Jasper (2015). *TEORIA DA AÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS: de Max Weber a Bruno Latour e a desestabilização do objeto. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-061/414>

TEORIA DA AÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS: de Max Weber a Bruno Latour e a desestabilização do objeto

Felipe Bueno Amaral: Doutorando em Sociologia –
Universidade Federal do Paraná.
felipeamaral@ufpr.br

Vitor Jasper: Mestrando em Sociologia e Antropologia –
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
vitorjasper@gmail.com

RESUMO

Dentro da grande teoria da ação social existem muitas correntes que pretendem dar conta do fenômeno das inter-relações dos indivíduos, agentes, atores, sujeitos ou actantes, em seus múltiplos contextos. Neste artigo, portanto, coloca-se em diálogo teorias com pontos de partida distintos, mas que revelam alguns pontos de conexões entre si. Alinhando estas perspectivas, propõe-se uma discussão teórica na primeira parte do texto e um estudo empírico na fase final, onde se percebe o deslocamento da análise da ação (social) e, por conseguinte, daquilo que aprendemos a definir como “social”, tanto nos autores clássicos das ciências sociais, quanto nos autores contemporâneos. De modo específico, objetiva-se tensionar e conectar a noção de ação social, construindo o argumento a partir da teoria sociológica de Max Weber, demonstrando elementos da teoria da estruturação e o indivíduo reflexivo de Anthony Giddens, para por fim, apresentar o argumento do sociólogo da ciência Bruno Latour, por meio de sua Teoria-Ator-Rede. Esta teoria e suas noções de simetria, rede e não-humanos, permitiu demonstrar na confecção de um trabalho de campo realizado pelos autores deste texto, outra forma de análise da ação, no entrelaçamento da relação indivíduo, sociedade e mundo.

Palavras-chave: Teoria da ação; Ciências sociais; Teoria-Ator-Rede; Simetria; Rede.

INTRODUÇÃO

A proposta para este artigo é retomar a clássica discussão da teoria da ação a partir da obra de Bruno Latour. Partimos do pressuposto de que a teoria da ação social possui fundamental relevância dentro das ciências sociais, especialmente porque um dos cânones desta ciência, Max Weber, definiu a sociologia como a compreensão do sentido das ações sociais.

Deste modo, para o encaminhamento do artigo, iniciaremos com a perspectiva weberiana acerca desta teoria, passando também pelo debate empreendido pelo sociólogo britânico, Anthony Giddens, pois compreendemos que, dentro da sua teoria da estruturação, este autor possui algumas linhas de continuidade e outras de ruptura

com o trabalho de Weber, implicando assim no acréscimo de novas dimensões para tal discussão.

Posteriormente, adentraremos nos aspectos da teoria de Bruno Latour, procurando ainda que timidamente traçar os percursos que levaram-no ao desenvolvimento de uma proposta que acarreta em outra forma de “pensar” e “fazer” ciências sociais. Isto decorre do fato de que a teoria latouriana questiona e traz novos elementos para que pensemos categorias consolidadas na sociologia, como a noção de sociedade e a própria teoria da ação. Cientes dos desdobramentos metodológicos causados pelas propostas do autor, finalizaremos o artigo com um breve estudo de caso, onde apresentaremos um projeto de pesquisa que fora pensado a partir da perspectiva da *Teoria-Ator-Rede* elaborada pelo autor francês.

1 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA DA AÇÃO

Neste trecho do trabalho vamos expor com brevidade as reflexões sociológicas de Max Weber¹ e Anthony Giddens² sobre a teoria da ação social, dentro de um esquema particular construído pelos dois autores onde cada um, a seu modo, estabelece o sistema analítico das condutas humanas. De modo mais específico, vamos nos ater em como estes dois autores fornecem pistas da não polarização entre indivíduo e sociedade a partir do conceito de ação social.

O objetivo é demonstrar como entendemos o conceito de ação social, a fim de ilustrar o método de análise das ações dos agentes em sociedade, e quais, em nossa compreensão, são as principais virtudes metodológicas dos autores e também, o principal limite destas análises, que é a ausência do ambiente no fluxo das ações dos agentes humanos.

1 Max Weber nasceu em Erfut, Turíngia, Alemanha, em Abril de 1864, e faleceu em Viena, Austria, em Junho de 1920. Ressalta-se aqui a importância do autor no movimento de hibridação do método das ciências Naturais e Humanas (do Espírito) e da racionalidade e sentido da ação dos sujeitos, ante a uma sociologia do fato social e das classes sociais.

2 Anthony Giddens é um renomado sociólogo britânico que trabalha com questões relativas a modernidade tardia, num contraponto a noção de pós modernidade, e propõe uma teoria em que agência (ação) e estrutura (todo social) não podem ser compreendidos separadamente, chamada a teoria da estruturação. Giddens também dedicou assumidamente seus esforços a sistematizar a teoria social, desde uma discussão refinada dos clássicos da sociologia até uma revisão de seus contemporâneos – se bem que sua análise de modo geral, ficou centrada mais fortemente ao círculo Europa-Estados Unidos.

Se tomarmos a reflexão desde o conceito de ação social de Max Weber, poderemos perceber nele já do ponto de partida metodológico, a análise centrada no sujeito que age, e não subordinada pela estrutura social, ainda que esta ação para o autor esteja sempre relacionada às expectativas de outros indivíduos. Nesta perspectiva, é possível localizar neste olhar para a ação individual uma premissa reflexiva (tanto da reflexão isolada, assim como no reflexo ‘espelhado’, consciente ou não, às demandas da sociedade em que está inserido) do agente humano para cumprir um tal objetivo, e aqui poderíamos dizer que tanto em relação a satisfação de outros, quanto na conquista de sucesso pessoal.

Assim que, para Weber a ação social

[...] pode ser orientada para as ações passadas, presentes ou futura de outros. Assim, pode ser causada por sentimentos de vingança de males do passado, defesa contra perigos do presente ou contra ataques futuros. Os ‘outros’ podem ser indivíduos conhecidos ou desconhecidos, ou podem constituir uma quantidade indefinida. Por exemplo, ‘dinheiro’ é um meio de troca que o indivíduo aceita em pagamento, porque sua ação se orienta na expectativa de que numerosos, mas desconhecidos e indeterminados ‘outros’ o aceitarão por sua vez, em algum tempo no futuro, como um meio de troca (WEBER, 2010, p. 37. Grifos do autor).

Em nossa compreensão, neste conceito assim descrito, pode-se apreender um movimento recursivo entre indivíduo e sociedade, que mais tarde Giddens ressaltará e denominará de reflexividade (como característica principal dos agentes na modernidade). Explicamos: compreendendo que a ação nutre em si passado e futuro e a aquiescência ou recusa de outros, podemos então sugerir que este indivíduo está agindo de modo reflexivo e que esta ação enseja em si reflexividade.

Esta mesma apreensão se pode obter ante a conceituação weberiana de relação social, onde o termo “[...] será usado para designar a situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nesses termos” (WEBER, 2002, p. 45). Estas considerações são importantes à medida que indicam que já em Weber não encontramos a polarização entre indivíduo e sociedade, discussão que posteriormente será aprofundada pela teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Não podemos, entretanto, perder de vista que os dois autores refletem sobre momentos muito distintos dentro da linha epistemológica – não caberia neste texto apresentar estas distinções. Por exemplo, Weber parte dos estudos orientados

principalmente na área econômica, jurídica e religiosa, a maior parte deles sob o olhar sociológico, estabelecendo assim, tipos de ação racional (ação racional com relação a fins; ação racional com relação a valores; ação racional com relação estritamente afetivo e ação tradicional) para explicar o sentido das ações dos agentes humanos.

Importante ressaltar que Weber não determina que esses sejam os únicos tipos de ação social, nem que uma ação seja apreendida por um único tipo puro, nem tampouco restringe a construção de outros modelos para que se adequem aos propósitos de cada pesquisa ou pesquisador. Ao estabelecer isso, o autor abre possibilidades para que se possa utilizar adequadamente sua metodologia – o que é chamado de individualismo metodológico. Esta construção ideal-típica estabelecida por Weber serve como recurso para interpretação das ações dos agentes humanos, uma vez que possui um “elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para o enunciado, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para comparar e medir relativamente a eles a realidade. Com esta função, tornam-se quase indispensáveis” (WEBER, 2003, p. 58).

Já Giddens está preocupado com as derivações das teorias dentro da grande teoria social (principalmente o estruturalismo), e, analisando a individualização dos agentes nos processos de um mundo globalizado, procura explicar este fenômeno através da noção de dualidade da estrutura. Nesta perspectiva, a ação deve ser entendida sempre como um processo recursivo, “[...] um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia” (2009, p. 11).

Note-se, em relação às noções de Max Weber, Anthony Giddens refina a teoria da ação social, principalmente envolvendo as reflexões sistematizadas por Sigmund Freud, donde o sociólogo contemporâneo extrai as noções mais atreladas à personalidade dos agentes – em Giddens, os processos da modernidade implicaram em uma transformação da intimidade dos sujeitos, de modo que não podemos pensar na teoria da ação para ele, sem ter em mente os efeitos da globalização e da decorrente destradicionalização dos agentes na alta modernidade, elementos não presentes, portanto, na obra de Weber.

Outra importante consideração proposta por Giddens (2009) é a noção de dualidade da estrutura (distinta do estruturalismo, que enfatiza a preeminência do todo social sobre partes individuais), onde a distinção sujeito/objeto, advinda do acento em questões epistemológicas (ou em suas disputas), gera um dualismo entre objetivismo e

subjetivismo – assim como é possível perceber em Weber (1995). Em nossa compreensão quando Max Weber distingue o indivíduo da sociedade, realiza aí um movimento epistemológico. No sentido contrário, a teoria da estruturação volta-se para os interesses ontológicos, justamente pelo atributo reflexivo que o autor localiza no agente individual, e com esse recurso a dualidade da estrutura é tema central na teoria do autor. Esta noção, além de pressupor sempre a reflexividade, não dispensa também a relação de contextualidade.

Como explica Giddens (2009), a reflexividade não deve ser compreendida como autoconsciência, e sim “como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões” (p. 3. Grifos do autor). Tal monitoração do fluxo contínuo da vida social não se afasta, em nossa leitura, do conceito weberiano de ação social, uma vez que este último prevê a orientação a outros, como discutido no início deste capítulo.

De modo complementar, a noção de contexto é que permite pensar a ação, ou, se se quiser, o fluxo da interação em seu ambiente. Para Giddens (2009), essas ações dos indivíduos devem estar sempre relacionadas com o contexto em que ocorrem, na relação espaço-tempo. O autor alerta que analisar a coordenação espaço-temporal das atividades sociais “[...] significa estudar as características contextuais de locais onde os atores sociais se movimentam em seus percursos cotidianos e a regionalização de locais que se estendem através do tempo-espaço” (GIDDENS, 2009, p. 337).

Entretanto, esta noção diz respeito ao “encenamento da interação, os atores co-presentes e a comunicação entre eles” (2009, p. 440). Em nossa concepção esta definição aponta para extremos do fluxo da ação, onde o ambiente representa a cena, a moldura, o local onde a ação se desenrola. Isto é, ação de um lado, e o ambiente de outro, como fundo. No entanto, em uma outra passagem onde o autor descreve sobre as relações – tempo, espaço, contexto -, é possível igualmente perceber o ambiente contido nesta tríade, e que, não se descola de todo das ações, mas ao contrário, funcionando assim como condição de possibilidade ou limitador das ações.

Toda a vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no ‘escoamento’ do tempo e na ‘transformação gradual’ do espaço. As propriedades físicas do corpo e os *milieux* nos quais ele se movimenta inevitavelmente conferem à vida social um caráter serial, e limitam os modos de acesso a outros ‘ausentes’ através do espaço (GIDDENS, 2009, p. 155. Grifos do autor).

Nossa pretensão neste texto é menos demonstrar as distinções ou confluências entre estes dois autores, que apresentar suas contribuições para o modo como interpretamos a ação social. Weber e Giddens nos auxiliam a pensar em uma ação individual, não estruturada, com sentido atribuído ao sujeito que age. Mas para além desta agência individual, onde agem estes indivíduos? Em um momento histórico e em um ambiente específico diria Weber. Não nos esqueçamos do contexto em que as ações são engendradas, alertaria Giddens. Mas isso não é tudo em nossa compreensão.

Toda argumentação apresentada até aqui encaminha para a seguinte síntese: o indivíduo, sob as noções de reflexividade e dualidade, reflete o – e sobre o – movimento da sociedade no e do mundo; assim, o mundo – permitam-nos utilizar o termo ‘ambiente’ – torna possível que os indivíduos acessem uns aos outros e os demais materiais que viabilizem o acesso ao conhecimento³.

Mas há ainda um outro elemento que gostaríamos de sublinhar nesta reflexão: a presença do ambiente como um componente do sistema, para se analisar como se dão as ações e as interações dos indivíduos. No texto não podemos diretamente localizar isso em Weber, por exemplo, mas é possível encontrar como foi demonstrado em Giddens, através de sua noção de contexto na relação tempo-espço. De nossas reflexões, e isso será demonstrado na segunda parte do trabalho quando descrevermos nosso trabalho de campo, essa é uma importante consideração dentro da teoria social.

Sabemos que do ponto de vista epistemológico ainda temos de avançar para defender essa tese, já que a ação nos dois autores discutidos nesta seção se concentra muito mais no ser humano, do que nas coisas-em-si (mundo). Assim, procuraremos demonstrar nas fases subsequentes deste trabalho por meio das contribuições de simetria do sociólogo da ciência Bruno Latour e sua noção de coletivo dentro da teoria-ator-rede (TAR), como o estudo da ação social não pode privilegiar os indivíduos, atores, agentes ou sujeitos, ante a influência indissociável das coisas do mundo.

3 Esta proposição fica melhor evidenciada em uma obra síntese organizada posteriormente por Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash, chamada *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, do ano de 1995 (nossa edição é de 1997), onde os autores alertam desde o prefácio: [...] O ‘ambiente’ soa como um contexto externo à ação humana. Porém as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’ na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 9).

2 DA NOÇÃO DE SOCIEDADE PARA A IDEIA DE COLETIVO

Antes de adentrar na proposta que queremos apresentar nesta seção, temos ainda que realizar algumas digressões a fim de localizar o leitor, não na construção do pensamento latouriano – e aqui em específico, sua concepção de sociedade –, mas como interpretamos o movimento de apreensão desta que, em linhas gerais, é o objeto mesmo da sociologia. Neste sentido, vamos apontar brevemente o que julgamos ser o ponto de partida de Latour, e em seguida demonstraremos como isso nos auxilia a partir de um olhar muito particular das noções sociológicas e na teoria da ação.

Poderíamos perguntar, de que se afasta Bruno Latour? Talvez fosse melhor colocar a questão de outro modo, para seguirmos os termos do autor: o que ele desestabiliza? Uma pista está na obra *A Esperança de Pandora* ([1999] 2011) onde o autor apresenta o discurso da história da ciência que desde Descartes separa a mente do corpo para melhor apreender a realidade, ou seja, a fim de conhecer o mundo sem interferência externas, de modo absoluto e não relativo.

Na obra *Vida de laboratório* Latour ([1979] 1997) nos apresenta um relato, resultado de uma etnografia de dois anos realizada em um laboratório, onde se pode perceber essencialmente duas coisas: a primeira é a apreensão de que no laboratório, o produto final de todo esforço dos cientistas é a produção e publicação de artigos. O processo de construção dos mesmos é intermediado por vários objetos ou animais (microscópios, inscrites, ratos, etc.) – o que o autor denomina de ‘não-humanos’ ou quase-objetos –, que devem ser relacionados, categorizados, problematizados, e contemplados no resultado final das pesquisas.

Da mesma forma, podemos apreender na obra, que humanos e não-humanos estão imbricados em mesma medida no processo de construção das pesquisas. Isso fica evidente nesta passagem onde Latour compartilha suas impressões do trabalho de campo: “Quando havia alguma visita no laboratório, indicavam meu escritório: ‘Aqui está o nosso cromatógrafo de alta pressão, aqui, nosso filósofo residente, lá, nosso espectrômetro de massa’” (1997, p. 17. Grifos do autor).

Outra noção dentre as que escolhemos sublinhar é a de equidade no processo de construção dos fatos científicos, ou seja, para o autor o trabalho do laboratório é permeado por uma sequência de erros e acertos que culminaram nas produções, mas que, em razão de nosso fazer científico orientado para a leitura fragmentada do mundo, separando as coisas (o ambiente) e os humanos, os acertos e os erros não aparecem

como componentes do trabalho. É claro, não devemos esquecer que a construção e produção de um enunciado ou de um fato científico é reflexo muito mais do modo como os cientistas arranjam suas relações dentro e fora do laboratório e quanta pressão ou demanda externa e interna os acometem (LATOUR, 1997; 1994).

Estas noções expostas assim rapidamente servem para nos encaminhar até uma importante regra teórica e metodológica do autor francês: a ideia de simetria. O autor nos alerta que esta noção “[...] cumpre não somente tratar nos mesmos termos os vencedores e os vencidos da história das ciências, mas também tratar igualmente e nos mesmos termos a natureza e a sociedade”. E mais adiante enfatiza: “o trabalho de campo que aqui apresentamos é, por conseguinte, duas vezes simétrico: aplica-se ao verdadeiro e ao falso, esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade” (1997, p. 25).

Sem a intenção de interromper o raciocínio do leitor julgamos pertinente registrar que neste livro ainda existe uma conexão com o que apresentamos nas páginas anteriores, e que é possível perceber na obra do autor de modo geral. Notamos aqui também a ideia de dualidade na relação entre quem observa e é observado (entre Latour e os cientistas do laboratório), ou dito de melhor forma, a reflexividade entre pesquisador e pesquisados. Nas palavras do autor:

[...] Nós, que só buscamos os materiais dessa construção e a natureza dos relatos, consideramo-nos em igualdade de condições com aqueles que estudamos. Eles contam, nós contamos, eles experimentam, nós experimentamos, eles constroem, nós construimos. As diferenças virão depois. Estaremos, portanto, tão atentos à elaboração de nossos próprios relatos quanto aos relatos dos cientistas. É a reflexividade que esperamos para garantir a nossa saúde (LATOUR, 1997, p. 30-31).

Note-se que a reflexividade em Bruno Latour, abre ainda uma nova perspectiva ante as proposições de Giddens (2009), já que, refletindo desde a filosofia da ciência, o autor aplica esta categoria ao cientista que observa o fazer científico, e a partir disso, relaciona sua própria construção científica. Marcada também em Latour a presença da reflexividade temos de avançar na epistemologia do autor para delinear a ideia que estamos perseguindo neste texto. Para tanto, partindo desta noção de simetria, vamos mobilizar algumas outras noções que esperamos que deem conta de demonstrar a importância do pensamento de Latour para a teoria da ação.

Dessa forma, precisamos associar a noção de simetria – assim como a de reflexividade – para uma maior compreensão da pergunta estabelecida no início desta

seção. A simetria para Latour explica por qual razão a epistemologia moderna foi mal arranjada (LATOUR, 1994). Já mencionamos que a ciência moderna estabeleceu uma separação entre as coisas do mundo e as coisas dos humanos, em linha gerais, entre natureza e cultura.

Essa separação deve ser desfeita para que recomponhamos o mundo para termos uma noção mais acertada da realidade. Para Latour (1994) a ideia de contexto é deficitária, uma vez que a distinção entre cultura e natureza não permite a apreensão do mundo e de seus processos. Durante o trabalho de confecção de nossas pesquisas, de nossas produções mantendo a constituição moderna, sempre vamos trabalhar com o real fragmentado – e pior, binário: corpo e mente, local e global, natural e social. A questão que o autor nos apresenta é que, em fato, não fazemos esta separação quando vivemos, criamos, agimos.

Um exemplo que demonstra que este hiato entre nós e as coisas (homens-entre-si e as coisas-em-si), ciência e política, local e global ou mesmo natureza e cultura não existe, é nossa reação ante ao chamado aquecimento global. O aquecimento é um fenômeno que afeta o mundo, não há aqui contexto na relação global-local. A defesa do mundo (natureza) é feita pelos humanos através de decisões políticas que foram embasadas em decisões científicas (que por sua vez foram realizadas por decisões políticas). De tal modo que nós, alerta o autor, “pobres sujeitos-objetos, humildes sociedades-naturezas, pequenos locais-globais, nos encontramos literalmente esquarterados entre regiões ontológicas que se definem mutuamente mas que não se assemelham mais a nossas práticas” (LATOUR, 1994, p. 120).

É justamente isso que é a inovação do pensamento de Latour; reconectar no campo analítico o que a constituição moderna separou no trabalho insistente de purificação do que o autor está chamando de quase-objeto ou quase-humanos. Em outras palavras, aquela constituição separou homens e objetos, de maneira que, mais tarde, foi possível reconhecer a ideia de desnaturalizar a natureza, mas nos esquecemos de dessocializar também a sociedade. Para o autor, “o social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte ‘socio-logia’” (LATOUR, 2012, p. 19).

Assim, a desestabilização proposta, para retomar a questão inicial, é orientada sob um duplo movimento: de um lado, sugere que tudo o que foi percebido como social ou natural, nunca existiu, uma vez que em fato não paramos de produzir esses híbridos –

desde o próprio ser humano, por exemplo. É claro, se estamos pensando com Latour, temos de manter a consciência de que dar voz a esses quase-objetos, a esses híbridos que produzimos incessantemente, não se trata de modo algum de uma fábula onde animais ou plantas começariam a falar como que encantados (LATOURE, 2004). Insistimos, estamos considerando que houve uma separação entre as coisas-em-si e os humanos-entre-si, que deve ser repensada já que afinal de contas ela não existe de fato (ou não dá conta de traduzir os processos do mundo). Assim como alerta o autor,

[...] restringir a discussão aos humanos, a seus interesses, suas subjetividades, seus direitos, parecerá, dentro de alguns anos, tão estranho quanto ter limitado, durante tão longo tempo, o direito de voto aos escravos, pobres e mulheres. Utilizar a noção de discussão, limitando-se somente aos humanos, sem perceber que existem milhões de aparelhagens sutis, capazes de acrescentar vozes novas ao capítulo, é privar-se, por preconceito, do descomunal poder das ciências (2004, p. 132).

O outro lado da desestabilização é que, ao realizarmos esse movimento de reagregação, os grupos fixos desaparecem, sendo necessária assim a investigação dos elementos que compõe essa associação já que “[...] a definição anterior se tornou praticamente irrelevante. Já não sabemos muito bem o que o termo ‘nós’ significa; é como se estivéssemos atados por ‘laços’ que não lembram em nada os vínculos sociais” (2012, p. 23. Grifos do autor).

Através desta definição de desestabilização, surge uma formulação teórico-metodológica a qual prevê que se siga os atores para identificar através de suas conexões como eles as estabeleceram. Há uma inversão nesta proposta, pois ao analista, cabe a descrição e aos autores a explicação de como ordenam seus mundos. Neste sentido, “[...] a busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada, apenas reposicionada um passo à frente sob a forma de abstração, para que os atores possam desdobrar seus próprios e diversos cosmos, pouco importa quão irracionais pareçam” (LATOURE, 2012, p. 44).

Seguir os atores e deixá-los falar sem restringir de antemão o grupo, considerando a associação uma rede heterogênea constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, são as principais “orientações metodológicas” daquilo que Latour chamou de *Teoria-Ator-Rede* que, finalmente, é nossa proposição para o estudo das relações sociais ou das associações das naturezas-culturas neste breve artigo. Esta teoria-metodologia, “[...] permite rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões

mais reveladores quando se encontra um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis, em vez de tentar estabilizar um deles” (2012, p. 45).

O leitor que acompanha esta sequência que organizamos aqui percebe que, se em Weber e Giddens, há um agente humano que deve ser compreendido em seu sentido e intenção, sempre em relação dual com o grupo ou sociedade a que pertence, portanto, reflexivo e, uma vez que se coloque o foco da lente na ação individual, temos um agente, um ator, e esse por sua vez é sempre humano (ainda que influenciado por seu ambiente e momento histórico); em Latour essa mirada da lente se volta também para o ator, mas nele ganha uma nova perspectiva, um ajuste desde sua crítica à ciência que separa o coletivo, até a reagregação analítica no conjunto da ação humana dos quase-objetos.

Para Latour, passamos então dos agentes ou atores, para os actantes. A definição de actante é para ele mais acertada pois, se ator é aquele que age, e estamos reunindo aqui os não-humanos, temos de identificar as marcas, os traços que estes actantes deixam na rede e também o quanto influenciam as relações que ela produz, já que seus membros sofrem interferências constantes (LATOURE, 2001). Desde essas considerações vamos expor na sequência um relato de nosso trabalho de campo que procura retomar essas perspectivas, de descrever um campo de modo simétrico, investigando suas redes e permitindo que os actantes nos contem o que os mantêm unidos.

3 UMA ETNOGRAFIA NO SETOR DE TRANSPLANTES EM UM HOSPITAL

Neste segmento do artigo, procuraremos compreender de que maneira as propostas teórico-metodológicas apresentadas por Bruno Latour e previamente discutidas neste artigo podem contribuir para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que se propõe a apreender a complexidade do transplante hepático e como ele se insere no emaranhado de linhas que conformam a vida dos sujeitos que passaram por tal procedimento. Para tanto, decidiu-se realizar uma etnografia de um Serviço de Transplante Hepático.

Antes, todavia, é preciso apresentar, ainda que brevemente, de que maneira as ciências sociais tenderam a estudar o corpo e as doenças. De acordo com Mol⁴ (2002), os cientistas sociais, em um primeiro momento, criticaram o pensamento biomédico afirmando que este teria negligenciado os aspectos psicossociais da doença. Desta crítica ao pensamento biomédico, surgiram duas categorias: de um lado, haveria o modo como a biomedicina compreende a situação em que se encontra o doente, compreendido pelo termo *disease* (doença); por outro, a maneira como estes doentes perceberiam sua situação, categorizada como *illness* (enfermidade). Este segundo termo, então, entra na agenda de pesquisa dos cientistas sociais.

A situação muda, segundo a autora, quando as ciências sociais passaram a afirmar que o saber médico se tratava, na verdade, de um discurso sobre a base natural das doenças. Desta forma, os médicos e seu saber (seus discursos) também se tornaram tema de estudo de cientistas sociais. Assim, e em última instância, estas abordagens definiram que tanto o conhecimento médico quanto o conhecimento do paciente são interpretações acerca daquilo que é a doença. A crítica de Mol a estas perspectivas é que, em um universo de significados, ninguém pode falar da realidade das doenças, sobrando somente suas interpretações; interpretações sobre a projeção de algo. Ou seja, o corpo permaneceria intocado.

A partir disso, Mol então sugere que as ciências sociais procurem tratar da doença em si. Isto seria feito trazendo as práticas e as materialidades para o primeiro plano. Assim, a doença se torna parte do que é feito na prática. Pensar estas práticas, como propõe a autora, significa se preocupar com o que surge dentro do consultório, no hospital, nos encontros entre humanos e não-humanos. E para que algo surja são necessárias ao menos duas pessoas, assim como depende-se de papéis, de salas, de prédios.

É oportuno frisar que esta proposta dialoga com as ideias de Latour. Como já afirmamos, a constituição moderna distingue entre natureza e sociedade, mas essa distinção não corresponde às práticas modernas. Neste ponto reside a importância de pensarmos as práticas, já que estas revelam a não divisão entre natureza e sociedade, e também pois parte-se do pressuposto de que não há uma realidade anterior que está a espera de ser descoberta.

4 MOL, Annemarie. 2002. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham and London: Duke University Press.

No caso do transplante hepático, o desenvolvimento da pesquisa está pautada na certeza de que o transplante entendido somente enquanto procedimento “técnico/científico” – ou seja, um procedimento cirúrgico responsável pela substituição de um fígado “doente” por outro “saudável” – não permite que se compreenda o que é o transplante hepático, lembrando que uma abordagem tecnicista da questão estaria atrelada ao processo de purificação desta prática. Assim, mesmo que comumente esta prática seja designada como a substituição de um fígado por outro, ainda assim há uma série de outras implicações e de outros fatores que a integram e que são vivenciadas tanto pela equipe que atua em um serviço de transplante hepático quanto por aqueles que passam, diretamente ou indiretamente, pelo procedimento cirúrgico. Desta maneira, certos da ineficiência da explicação “natural”, seguimos o propósito de abertura e ampliação do que consideramos ser o transplante hepático.

Para tanto, e nos voltando mais uma vez à importância de nos atentarmos às práticas, a Teoria-Ator-Rede assume certa preponderância. A importância desta abordagem teórica se deve ao fato de que ela permite que esta pesquisa direcione seus esforços para o ambiente de encontro entre a equipe do transplante e os doentes. Dessa forma, parece possível colocar em relação aquilo que é tratado usualmente de maneira separada. O conhecimento que o médico possui da doença tende a aparecer de modo bem definido, sempre encerrado pelo conhecimento científico; assim como o conhecimento que o doente possui é caracterizado como algo subjetivo, fruto da sua experiência. Não se trata de negar essas formas de conhecimento, mas sim de não isolá-las, e, portanto, de pensar estes sujeitos como múltiplos, como mediadores que criam, modificam; pensar que sua ação não é controlada, perfeitamente delineada. Como definiu Latour, “a ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida. Se se diz que um ator é um *ator-rede*, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanta à origem da ação” (2012, p.76, grifo do autor). Acredito que deste modo será possível apreender os processos nos quais os doentes e a equipe do Serviço se envolvem, processos que são, em última instância, produtivos destas multiplicidades encenadas no transplante.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Iniciamos esse diálogo com os autores com o propósito de demonstrar qual é nossa perspectiva epistemológica, quer dizer, de uma ciência que se pretende aberta, destronada de um lugar de sabedoria verticalizada, em geral, mas não somente, centrada em uma visão naturalista de mundo. Ao mesmo tempo, não faz sentido reproduzir a noção corrente na teoria social, de uma separação entre indivíduo e sociedade; de nossa parte não acreditamos que a ação está totalmente subordinada à estrutura, mas que, essas formam um todo recursivo a partir da capacidade de refletir (como um espelho) dos agentes. Então suas motivações ora ganham um contorno de proteção subjetiva, ora de uma dada ordem social, que não entendemos como perene.

Tentamos demonstrar também algumas das contribuições de Bruno Latour para análise da ação social, ou mesmo para uma reconfiguração da mesma já que o autor propõe seguir e tratar simetricamente as formações de grupos, ou seja, atribuir igual peso às descrições das ações humanas e não-humanas, considerando a influência e a agência dos quase-objetos no fluxo das interações. Significa perceber, nesse caso, não só as ações e seus efeitos, mas as fabricações e transformações que derivam dos elementos da rede.

Então se partimos da ideia de um agente humano que deve ser percebido para além da noção de estrutura, cerceadora de possibilidades criativas, devemos congregá-lo na análise, como demonstramos na última seção do texto, como se conectam as culturas-naturezas que por durante muito tempo insistimos em purificar. Em nossa investigação percebemos que um transplante não é realizado somente por orientações técnicas e instrumentais, mas que, desde o início, dependem das conexões que os actantes realizam tanto no movimento de gerar necessidade de substituição do órgão (o evento da doença), quanto no movimento de decidir para qual paciente o fígado será transplantado. Do contrário, pensar no órgão como um elemento puramente natural, e o transplante como um elemento essencialmente técnico, propiciaria a geração de mais híbridos, como a constituição moderna ensina.

REFERÊNCIAS

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. SP: Unesp, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3º. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. São Paulo: EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MOL, Annemarie. 2002. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham and London: Duke University Press.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1995.